



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 12448.73110/2012-99
Recurso nº De Ofício
Acórdão nº 1301-001.728 – 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 27 de novembro de 2014
Matéria IRPJ - ARBITRAMENTO DO LUCRO
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado DBA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2008

Ementa:

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. ERRO NA DETERMINAÇÃO DO MOMENTO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR.

Revela-se insubstancial o lançamento tributário cujos fatos geradores apurados não guardam correspondência com o período indicado na peça de autuação.

ARBITRAMENTO DO LUCRO. MAJORAÇÃO DE PENALIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

Descabe o agravamento da penalidade na situação em que a sua causa repousa em atendimento não satisfatório de intimações que também serviram de suporte para o arbitramento do lucro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto proferidos pelo relator.

“documento assinado digitalmente”

Valmar Fonseca de Menezes

Presidente.

“documento assinado digitalmente”

Wilson Fernandes Guimarães

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 08/12/2014 por WILSON FERNANDES GUIMARAES, Assinado digitalmente em 08/12/2014 por WILSON FERNANDES GUIMARAES, Assinado digitalmente em 24/03/2015 por VALMAR FONSECA DE MENEZES

Impresso em 30/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Relator.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Valmar Fonseca de Menezes, Paulo Jakson da Silva Lucas, Wilson Fernandes Guimarães, Valmir Sandri, Edwal Casoni de Paula Fernandes Júnior e Carlos Augusto de Andrade Jenier.

CÓPIA

Relatório

Trata o presente processo de exigências de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, relativas ao ano-calendário de 2008.

O crédito tributário constituído teve por base o arbitramento do lucro, vez que, embora intimada, a contribuinte não apresentou documentos relativos à escrituração comercial e fiscal.

A autoridade fiscal aplicou multa agravada de 112,5%, em virtude de a contribuinte fiscalizada não atender, no prazo marcado, Termo de Intimação e Termo de Constatação, lavrados em 05 de junho e 26 de junho de 2012, respectivamente.

Em sede de impugnação, a contribuinte argumentou (fls. 147):

- que o auto de infração seria nulo, uma vez que não foram expressamente citados os dispositivos legais infringidos e não foi esclarecido o porquê da formalização dos lançamentos;
- que sempre atuou com boa fé e respondeu a todas as intimações a ela dirigidas;
- que a não apresentação de alguns dos documentos solicitados decorreu do extravio de parte da contabilidade e do fato de algumas das informações solicitadas já terem sido fornecidas à Administração Federal, por constarem de outros documentos e declarações oportunamente entregues;
- que os valores autuados já teriam sido quitados mediante compensação, conforme DCTFs e PER/DCOMPs enviados eletronicamente e juntados aos autos; e
- que o agravamento da multa resultaria em cobrança abusiva.

A 6ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, apreciando as razões trazidas pela impugnação interposta, decidiu, por meio do acórdão nº 12-53.507, de 07 de março de 2013, pela procedência parcial dos lançamentos tributários.

O referido julgado restou assim ementado:

ARBITRAMENTO. ERRO QUANTO AO ASPECTO TEMPORAL DO FATO GERADOR.

A receita conhecida que serve de base para o arbitramento de lucros deve ser considerada no período de apuração a que se refere.

LANÇAMENTO CONEXO.

Na ausência de especificidades, aos lançamentos formalizados a partir da mesma base fática aplica-se o mesmo julgado.

CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS. ERRO QUANTO AO ASPECTO TEMPORAL DO FATO GERADOR.

A receita que serve de base para incidência da Cofins e PIS deve ser considerada no período de apuração a que se refere.

MULTA AGRAVADA - LUCRO ARBITRADO. INAPLICABILIDADE.

O que justifica o agravamento da multa de ofício é o não atendimento à intimação para prestar esclarecimentos, não a prestação de forma insatisfatória na apresentação de livros contábeis e fiscais.

A Turma Julgadora de primeira instância, tendo exonerado o sujeito passivo de parte das obrigações formalizadas, recorreu de ofício.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Wilson Fernandes Guimarães

Atendidos os requisitos de admissibilidade, conheço do apelo.

Cuida o presente processo de lançamentos tributários julgados parcialmente procedentes em primeira instância, em que, em obediência às disposições da Portaria MF nº 3, de 2008, a autoridade julgadora recorreu de ofício.

Em conformidade com o acórdão nº 12-53.507, fls. 420/431, a contribuinte autuada foi exonerada de parte do crédito tributário constituído em virtude das seguintes constatações:

- i) o IRPJ e a CSLL foram determinados com base no lucro arbitrado, porém, a autoridade autuante imputou a um só trimestre a receita de todo o ano-calendário;
- ii) para efeito de determinar o PIS e a COFINS devidos, a autoridade fiscal considerou em dezembro de 2007 a totalidade das receitas auferidas no ano calendário; e
- iii) ausência de suporte fático capaz de autorizar a aplicação de multa agravada.

A partir de tais verificações, a Turma Julgadora decidiu manter as exigências de IRPJ e CSLL tão somente em relação às receitas auferidas no quarto trimestre de 2007, e, relativamente ao PIS e à COFINS, considerou apenas a receita auferida no mês de dezembro do referido ano.

Em conformidade com o Termo de Constatação e Verificação Fiscal de fls. 26/35¹, temos que:

- a) embora reiteradamente intimada, a contribuinte não apresentou documentos que serviram de suporte para registros contábeis, o que teria comprometido a aferição do lucro real, motivando, assim, o arbitramento do lucro para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- b) tomando por base a receita bruta anual informada na FICHA 06A (DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO) da DIPJ/2008, no montante de R\$ 185.138.088,98, e outras receitas, cujo valor de R\$ 2.649.691,49 foi assinalado na linha 22 da referida Ficha, a Fiscalização determinou a denominada RECEITA CONHECIDA (R\$ 187.787.780,47), para fins do arbitramento do lucro;
- c) na apuração dos montantes devidos, não tendo sido identificados recolhimentos de qualquer natureza, foram compensados os valores correspondentes a retenção na fonte;

d) foi aplicada multa agravada de 112,5% em razão do não atendimento de intimações formalizadas no curso da ação fiscal.

A Turma Julgadora de primeiro grau, por maioria, pronunciou-se pela procedência parcial dos lançamentos tributários, servindo-se, para tanto, dos seguintes fundamentos:

1. a autoridade autuante, embora tenha promovido o arbitramento do lucro, imputou a totalidade da receita apurada ao quarto trimestre do ano, deixando de distribuí-la pelos trimestres correspondentes;

2. não há, nem no auto de infração e nem no correspondente Termo de Verificação, discriminação mensal das receitas apuradas;

3. além de considerar as receitas apuradas em um único trimestre, a autoridade fiscal considerou, para fins de dedução, o imposto de renda retido na fonte correspondente a todo o ano calendário;

4. a aplicação do adicional de imposto de renda, da mesma forma, não levou em consideração os limites trimestrais, mas, sim, o anual;

Não obstante a constatação das impropriedades acima descritas, entendeu a Turma Julgadora de primeira instância que ao menos em relação à parcela da receita que correspondia ao quarto trimestre do ano os lançamentos tributários deveriam ser mantidos.

Nessa linha, esclarecendo que não foi possível determinar o valor das receitas financeiras auferidas no trimestre e tomando por base as demais receitas declaradas, a autoridade julgadora de primeiro grau determinou o IRPJ e CSLL devidos no quarto trimestre do ano de 2007.

Adiante, afirmando, a meu ver equivocadamente², que “*o arbitramento de lucro, por si só, não justificaria, por falta de previsão legal, a lavratura dos autos de infração relacionados a Cofins e Pis*”, a decisão de primeira instância mantém a autuação das citadas contribuições, relativamente às receitas declaradas no mês de dezembro, por entender que os lançamentos tributários foram fundamentados na falta de recolhimento.

Relativamente à multa de ofício aplicada, a decisão de primeira instância reduz o percentual aplicado por entender que “*não houve falta de atendimento à intimação para prestar esclarecimentos*” capaz de servir de suporte para o agravamento promovido pela autoridade fiscal.

Tratando-se o presente, tão somente, do recurso necessário impetrado na instância *a quo*, penso que o ali decidido não é merecedor de reparos.

Com efeito, sem adentrar ao mérito das parcelas mantidas pela decisão de primeiro grau, é certo que o lançamento tributário que contém erro em relação ao momento da ocorrência do fato gerador não pode subsistir, ao menos no que tange aos fatos que não guardam correspondência com o período indicado na peça de autuação.

² O arbitramento do lucro na situação em que a apuração feita pelo fiscalizado tomou por base o lucro real, impõe o lançamento de PIS e de COFINS, vez que, nesse caso, o regime de tributação das referidas contribuições passa a ser o CUMULATIVO. Documento assinado digitalmente em 24/03/2015 por WILSON FERNANDES GUIMARAES, Assinado digitalmente em 08/12/2014 por WILSON FERNANDES GUIMARAES, Assinado digitalmente em 24/03/2015 por VALMAR FONSECA DE MENEZES

2/2014 por WILSON FERNANDES GUIMARAES, Assinado digitalmente em 24/03/2015 por VALMAR FONSECA DE MENEZES

No que diz respeito ao agravamento da penalidade, na linha do decidido na instância *a quo*, perscrutando-se os autos constato que, de fato, não existe fundamento para agravamento da penalidade aplicada, eis que a contribuinte, ainda que não o tenha feito de forma satisfatória, não deixou de responder às intimações formalizadas pela autoridade fiscal.

Ademais, via de regra, o arbitramento de lucro não se compatibiliza com o agravamento da penalidade, vez que, na maior parte dos casos, é exatamente o atendimento insuficiente das solicitações formalizadas pela autoridade fiscal que dá causa ao procedimento (arbitramento). Assim, não se pode admitir que o elemento propulsor do arbitramento sirva, também, de suporte para a majoração da penalidade.

Diante do exposto, conduzo meu voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso de ofício.

“documento assinado digitalmente”

Wilson Fernandes Guimarães - Relator